Mini-Curso

Distopias, Feminismos e Direito

Palestrante: ANA RÜSCHE

Doutora em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês pela Universidade de São Paulo (USP), pós-doutoranda em Teoria Literária e Comparada (FFLCH-USP). Bacharel em Letras e também em Direito pela USP, mestrado em Direito Internacional pela mesma instituição.

Local: Auditório da Defensoria Pública - R. Boa Vista, n. 200

INSCREVA-SE AQUI

Sinepse: O mini-curso buscará abordar a interligação entre distopias, feminismos e direito a partir das obras de Margaret Atwood, Octavia Butler e Natalia Borges Polesso. Essas obras retratam perdas de direitos em diferentes momentos históricos — do recrudescimento político dos anos de 1980 nos Estados Unidos até os dias atuais no Brasil. O curso pretende comentar ainda outras distopias clássicas para apontar como a forma literária se altera no comentário da questão jurídica ao longo do século XX, como nas obras de George Orwell, Anthony Burgess e Ignácio de Loyola Brandão.

12 abr - 18h30 às 21h

<u>Distopias, um retrato sobre</u> as perdas de direitos

A construção distópica no século XX. Comentário sobre 1984, de George Orwell; Laranja mecânica, de Anthony Burgess; e Não verás país nenhum, de Ignácio de Loyola Brandão. A distopia de Margaret Atwood, O conto da aia (1985), em seu contexto histórico e seu significado às mulheres do agora.

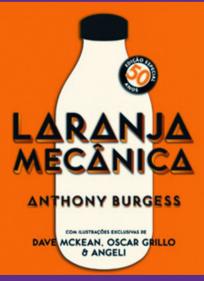
16 abr - 18h30 às 21h

<u>Aprofundamento distópico</u> em tempos de crise

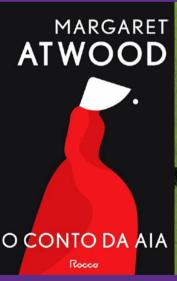
Na passagem do século XX para o XXI, as distopias apresentam novas configurações literárias. O encontro pretende aprofundar-se sobre as obras A parábola do semeador, de Octavia Butler (1993); e A extinção das abelhas, de Natalia Borges Polesso (2021).

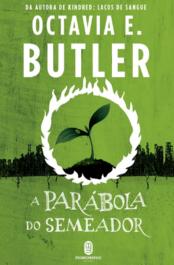
GEORGE DRWELL

1984











Datas e participantes do evento poderão sofrer alterações, a critério da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – EDEPE, sem aviso prévio. As opiniões e conceitos emitidos serão de exclusiv responsabilidade dos/as palestrantes, não expressando necessariamente a posição institucional da EDEPE ou da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.



